



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH – CAMPUS IV
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

ANTONIO CARLOS BARROS SILVA GOMES
ARINEI CARDOSO RAMOS

**AS AÇÕES DOS MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA (MST) NO MUNICÍPIO DE TAPIRAMUTÁ-BA**

JACOBINA - 2009

ANTONIO CARLOS BARROS SILVA GOMES

ARINEI CARDOSO RAMOS

**AS AÇÕES DOS MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA (MST) NO MUNICÍPIO DE TAPIRAMUTÁ-BA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, da Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial para obtenção do diploma de Licenciatura Plena em Geografia.

Orientador: Professor Antonio Muniz dos Santos

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH
CAMPUS IV – JACOBINA / COLEGIADO DE GEOGRAFIA**

ANTONIO CARLOS BARROS SILVA GOMES

ARINEI CARDOSO RAMOS

**AS AÇÕES DOS MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS
SEM TERRA (MST) NO MUNICÍPIO DE TAPIRAMUTÁ-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aprovado em: ____/____/____ como requisito para obtenção do título de Licenciado em Geografia, pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Colegiado de Geografia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Antônio Muniz dos Santos Filho, (Orientadora) Mestre/UNEB/DCH-Jacobina

Benedita Pereira de Andrade, (Avaliadora) Doutora/UNEB/DCH-Jacobina

JACOBINA – BA
2009

Dedicamos este trabalho às pessoas que mais admiramos, respeitamos e amamos e que são muito importantes em nossas vidas: nossos pais, Osvaldo Seixas Cardoso (*In memória*) e Maria Neli Mendes Cardoso, Carlos Gomes da Silva e Antonia Barros Silva Gomes.

AGRADECIMENTOS

Para realização deste trabalho contamos com o apoio e incentivo de amigos e colegas, aos quais agradecemos imensamente.

Gostaríamos de agradecer com carinho, o incentivo e apoio de todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho. Domingos, Norberta, Gildete, Crispim, Evilânia, Ariádne, Darla, Vinicius e Daisy.

Agradecemos ao importante apoio e ajuda do professor e orientador Antonio Muniz dos Santos.

Também agradecemos a todos os trabalhadores rurais sem terra e ao representante da CPT que prontamente atenderam nossas solicitações e se dispuseram a responder aos questionários e entrevistas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 - A HISTÓRIA DE LUTA PELA TERRA E O MST	13
2 - O MUNICÍPIO DE TAPIRAMUTÁ - BA.....	23
3 - PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL PELO MST EM TAPIRAMUTÁ.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39
ANEXOS	40

“O MST é o mais bonito movimento
social deste século”.

Celso Furtado - Economista

RESUMO

O município de Tapiramutá – Ba, localizado na Mesorregião Centro Norte Baiano, tem como base econômica a agricultura, principalmente a cafeicultura e foi o cenário escolhido para a realização do presente trabalho. Assim, buscando compreender os caminhos trilhados pelos movimentos de luta pela terra no âmbito local e levando em consideração o cenário nacional / estadual, principalmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no âmbito local, no período de 1990 a fevereiro de 2009 é que desenvolvemos esta pesquisa. Este trabalho caracteriza-se, também, por ser um estudo exploratório e descritivo, que nos proporcionou escrever de maneira objetiva as características do fenômeno em questão. A partir das coletas dos dados obtidos através da aplicação de entrevistas, formulários, questionários junto aos trabalhadores rurais sem terra, representantes de Instituições Não Governamentais (CPT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Igreja Católica) e da sistematização desses, observa-se que o MST vem influenciando de forma significativa a melhoria na qualidade de vida de uma parcela da população do município.

Palavras-chave: Movimentos sociais (MST) - agricultura - Tapiramutá.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Área de Estudo - Tapiramutá-Ba.....	23
Figura 02 - Queima dos Barracos no Acampamento Jenipapo.....	29
Figura 03 - Assentamento 02 de Julho.....	31
Figura 04 - Produção Agrícola no Assentamento 02 de Julho	32

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da pesquisa realizada no município de Tapiramutá-Ba, no período de outubro de 2008 a fevereiro de 2009 e busca compreender os caminhos trilhados pelos movimentos de luta pela terra (MST) no âmbito local, levando em consideração o cenário nacional e estadual, indicando que, através destes movimentos os trabalhadores rurais sem terra elaboram identidades coletivas e que através de suas organizações, vêm influenciando o desenvolvimento socioeconômico do município de Tapiramutá, a partir da década de 1990.

Esse trabalho foi desenvolvido com o objetivo de conhecer a história dos movimentos sociais, em especial a do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e como esse fenômeno pode contribuir para o desenvolvimento local do município de Tapiramutá, pois aponta os fatores que mais contribuíram para a luta pela Reforma Agrária através dos movimentos sociais MST a partir de 1990, bem como, demonstra a importância no processo de desenvolvimento socioeconômico e elucida a produção do espaço social nos assentamentos e acampamentos.

A base econômica do município é a agricultura, e, no início dos anos 1990, houve um declínio na principal atividade agrícola e econômica que era a cafeicultura, que empregava centenas de pessoas, estabelecendo diversas relações de trabalho e proporcionando maior dinamismo na economia, aquecendo assim o comércio local. Conforme já foi mencionado, nos últimos anos foi registrado um declínio na produção do café, o que significa menos oferta de vagas de emprego para os trabalhadores rurais; comércio enfraquecido, ou seja, uma desaceleração, estagnação do crescimento sócio-econômico local, resultando em grande número de desempregados, processos migratórios, inclusive para outras áreas agrícolas do país.

Em função disso, o estudo realizado é relevante para a compreensão desse fenômeno, visto que, a identificação dos fatores que condicionaram esses movimentos, um dos principais foi o declínio da lavoura cafeeira, onde centenas de trabalhadores rurais ficaram desempregados, uma vez que os mesmos, juntamente com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, partidos políticos e outras instituições como por exemplo a Igreja Católica,

buscaram novas alternativas para a melhoria na qualidade de vida e amenizar o problema do desemprego.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, para saber o que havia sido produzido e registrado sobre o tema, o que nos permitiu ter base teórica para a discussão e registro sobre o tema para a racionalização da problemática: pesquisa documental, a fim de descrever e comparar os dados estatísticos apresentados do fenômeno no período analisado, possibilitando estabelecer suas características, tendências e pesquisa de campo, para coleta de dados.

Na coleta e análises dos dados utilizou-se uma amostragem composta por indivíduos sociais com vinculação mais significativa com o fenômeno a ser analisado como: trabalhadores rurais sem terra (acampados e assentados), representante da CPT, representante do MST a nível regional, da Igreja Católica, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Secretário Municipal de Agricultura. Como instrumentos para a coleta de dados, adotamos as técnicas de entrevistas, fotos, questionários e formulários e, também, consulta a atas e relatórios técnicos do período pesquisado. Também, foi desenvolvido o tratamento estatístico dos dados coletados e organizamos os mesmos de modo que permitissem estabelecer as relações existentes entre os dados como divergências, convergências, regularidades e a possibilidade de generalizações. Assim, toda a pesquisa foi desenvolvida a partir da lógica do método dialético, a fim de aproximação maior com o fenômeno a que foi analisado, partindo dessa manifestação singular para uma interpretação mais abrangente e geral do problema.

O tipo de pesquisa é exploratória e descritiva, pois permite descrever e interpretar de maneira objetiva as características do fenômeno estudado e, também, possa esclarecer as variáveis analisadas, a partir das relações entre elas.

Os capítulos a seguir foram estruturados de modo a possibilitar ao leitor uma visão geral do município de Tapiramutá, lócus da pesquisa e, a importância dos movimentos sociais para o desenvolvimento local, tomando como base as variáveis econômicas e sociais.

Assim, o primeiro capítulo compõe-se da fundamentação teórica do fenômeno estudado, o segundo da caracterização do município, informando os aspectos geográficos como localização, condições climáticas, índice pluviométrico, altitude, indicadores sociais, demográficos e o perfil econômico. Em seguida, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo, com a caracterização da

produção do espaço social pelos movimentos sociais em Tapiramutá, identificando os tipos de indivíduos pesquisados, seguida da caracterização da história da luta pela terra e os fatores que contribuíram para esse fenômeno a nível local.

Finalmente, serão apresentadas as considerações finais, a partir das discussões travadas ao longo do estudo.

1. A HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA E O MST

A luta pela terra é antes de tudo uma luta contra a essência do capital: a expropriação e a exploração. Desta forma, a luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai à direção da construção de novas formas de organização social que possibilite a reconquista da terra. A reconstrução da propriedade coletiva dos meios de produção é mais importante ainda, vai em direção à construção de novas experiências realizadas pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra.

Desde a década de setenta o campo brasileiro passa por profundas transformações, resultantes da implantação do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária pelos governos militares e pelas ações dos principais protagonistas da luta contra esse modelo: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e a Comissão Pastoral da Terra - CPT.

De acordo com Martins (1984) a política dominante no Brasil corresponde a um verdadeiro pacto de classes que exclui da cena política os trabalhadores rurais, mas como meio de protelar uma transformação no direito da propriedade, que alteraria a raiz de sustentação dos grandes latifundiários, e das classes dominantes, surgem movimentos dos trabalhadores do campo.

Assim, no final da década de 1970 em diferentes pontos do país há intensificação nas ocupações de terra, surgindo assim, inúmeros movimentos sociais no campo.

No início dos anos oitenta, foi registrado pela ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) 1.363 conflitos pela terra. Devido a tantos conflitos no campo, algumas instituições (Igrejas Católica, partidos políticos e sindicatos em ascensão) passaram a dar apoio a esses movimentos.

Com o apoio dessas instituições houve um crescimento significativo de luta e organização dos trabalhadores rurais expropriados, retomando o cenário político por meio das lutas populares. E o MST, é um dos movimentos mais representativos que nasceu nesse período.

O MST teve sua origem a partir das ocupações de duas fazendas no interior do Rio Grande do Sul (Fazendas: Macali e Brilhante em Ronda Alta). Devido às várias ocupações de terra em todo o Brasil e do crescimento dos meios de organização,

resultou a fundação do MST, em 1984, na cidade de Cascavel - Paraná, com a realização do Primeiro Encontro Nacional do Sem Terra.

Com a oficialização desse movimento que contava com o apoio da igreja Católica e da sociedade civil, os trabalhadores, unidos por uma causa, poderiam confrontar o regime militar e ter sucesso.

(...) expropriação da terra e a exploração dos trabalhos migrantes e oprimidos, os membros das comunidades se outrora buscavam na religião um sedativo para os sofrimentos, encontram agora um espaço de discernimento crítico frente à ideologia dominante e de organização popular capaz de resistir à opressão. A própria conjuntura nacional ajudou a reforçar as comunidades eclesiais de base. Ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo buscasse um novo espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na igreja, única instituição do país que, por sua índole histórica, escapa ao controle direto dos poderes público (FERNANDES apud BETO, 1981, p.70).

A razão histórica da existência desse espaço é compreendida, primeiro, pela expressão capitalista no campo e, segundo pelas mudanças profundas sofridas, em parte, nas estruturas da Igreja Católica no início dos anos setenta. O surgimento das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) como lugar de reflexão modificou as relações políticas em diversas localidades.

Esta “nova postura sociopolítico avança mais a partir dos documentos de diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil” (CNBB). Nesse momento de renovação da Igreja pela Teologia da Libertação, as comunidades eclesiais de base começaram a criar novos espaços.

Com relação à realidade do campo brasileiro, uma das ações da Igreja foi à criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975. Trabalhando juntamente com as paróquias nas periferias das cidades e com as comunidades rurais, contribui na organização dos trabalhadores. Esse processo de organização possui algumas características que nos ajudam a compreender o multi dimensionamento do espaço social, a formação de um novo sujeito histórico e a elaboração das formas de organização social, das quais surgem os novos movimentos sociais.

De acordo com Fernandes (1999), a primeira fase desse movimento histórico da luta pela terra e da formação do MST é compreendido entre 1978 e 1985. Neste período da luta pela democracia de transição política e de rupturas, a classe trabalhadora retoma suas perspectivas conquistando novos espaços no campo e na

cidade. Os acontecimentos mais importantes dessas conquistas têm o seu começo assinalado pelas experiências construídas nas lutas populares, que desafiavam as formas institucionais.

Das múltiplas experiências constituídas no cotidiano popular, emerge o novo sindicalismo, cuja potencialidade e reconhecimento político eram acentuados de diversas formas, tanto pela sociedade quanto pelo Estado. Outra luta que se desenvolvia paralelamente era a criação de um partido que defendesse os interesses dos trabalhadores. Essas lutas significavam a reconquista dos direitos da dignidade de toda a classe trabalhadora, e, assim motivaram as lutas que aconteciam no campo.

No momento de ruptura as instituições convencionais e os trabalhadores rurais construíram uma nova forma de organização social. Nesse período as lutas populares que se desenvolveram contribuíram muito para as mudanças das estruturas tradicionais das organizações políticas, especialmente da Igreja Católica. Essas instituições (Igreja Católica, CUT e Partido dos Trabalhadores PT) foram, ao longo do tempo, as principais, matrizes político-culturais do movimento de trabalhadores rurais que emergia. Mas a necessidade política da criação de uma nova forma de organização social se dava exatamente pelos limites que as estruturas convencionais das instituições envolvidas na luta pela terra enfrentavam. Estas, não respondiam às necessidades e aos interesses desses sujeitos. Esta luta em movimentos requer avanços e essas instituições contribuíam dentro das dimensões das suas estruturas.

A luta pela terra é um dos problemas sociopolíticos de que essas instituições se ocupam. A reforma agrária consta em seus programas como um objetivo a atingir, mas não são os sujeitos realizadores do processo. Estas instituições aparecem no cenário da luta com apoio, por meio de alianças, mas de fato os verdadeiros realizadores são os trabalhadores, são eles que fazem a luta (FERNANDES, 1999, p.68).

De acordo com Fernandes: "Assim fazendo, esse sujeito ilegítimo nas instituições a cara hegemônica delas. Partidos, Igrejas, Sindicatos, Entidades oficiosas vão merecendo a ilegitimidade de terem a cara e a marca do oficioso do hegemônico" (FERNANDES apud NOGUEIRA, 1993 p.98). Assim acontece uma interação conflitante e, em seu desdobramento, os sujeitos que se fazem na luta, vão reconhecendo o seu papel nesse processo a sua competência e a sua

legitimidade. Nas palavras de Fernandes apud Sader, (1999) os movimentos sociais:

(...) mostravam que havia recantos da realidade não recobertos pelos discursos instituídos e não iluminados nos cenários estabelecidos da vida pública. Constituíram um espaço público além do sistema de representação política. Através de suas formas de organização e de luta, eles alargavam as fronteiras da política. Neles aponta-se a autonomia dos sujeitos coletivos que buscavam o controle das suas condições de vida contra as instituições de poder estabelecido (FERNANDES apud SADER, 1991, p.68).

Na formação do movimento, os trabalhadores conquistaram seu próprio espaço de socialização política, que, dimensionado, possibilitou a elaboração de práticas, de formas de luta como o enfrentamento nos diferentes níveis das relações sociais. Assim ampliam o sentido da luta pela terra, que passa a ser entendida para além da questão econômica, ou seja, é também um projeto sociocultural de transformação de suas realidades. Os efeitos sociais desse movimento atingem toda a sociedade sendo frutos de conflitos e, também das ações desses sujeitos que tem como objetivo, causar transformações específicas e gerais na relação do poder.

1.1 Construção nacional e consolidação do MST

A partir de 1985, ano do 1º Congresso Nacional o MST expandiu-se pelas demais regiões do país, e, no final da década de 1990, estava organizado em 23 estados. Entendendo que sua luta é pela reforma agrária, tinha necessariamente de se estender por todo território nacional.

Ao longo dessa caminhada enfrentou inúmeros problemas e foi crescendo nas várias instâncias da luta. Contra a inoperância do INCRA e contra o modelo neoliberal, o movimento criou diversas frentes passando a possuir uma organização jamais vista no campo.

O trabalho coletivo, que começou desde os primeiros acampamentos levou a cooperação agrícola nos assentamentos, como forma de enfrentar as dificuldades presentes no dia-a-dia do pequeno agricultor. Por outro lado, para organizar sua militância tanto na luta por terra como no desenvolvimento da produção, o movimento deparou com a realidade da baixa ou nenhuma escolaridade dos camponeses. Isso fez com que se priorizasse a educação dos acampados e dos

assentados, sendo fator fundamental para o sucesso de sua empreitada.

De acordo com Fernandes (1999), o processo histórico do avanço das lutas, dos conquistadores da terra, dos assentamentos, dos novos desafios criados em cada vitória, os trabalhadores rurais foram construindo a sua organização: desde 1985 até hoje o MST foi se transformando de acordo com a realidade da luta e possui hoje a seguinte forma: Coordenação Nacional, Direção Nacional, Coordenação Estadual, Direção Estadual, Coordenação Regional e Coordenação dos Assentamentos e Acampamentos.

Além dessas formas de organização, os Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra, tem como personalidade jurídica a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca). Esse tipo de organização é à base de sustentação da estrutura do MST, que se apresenta da seguinte forma:

Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional - Secretaria Nacional e Setores Nacionais.

Essa forma de organização social e da estrutura apresentadas são frutos de mais de 20 anos de luta pela terra, pela reforma agrária e pela democracia. Vale lembrar que, tanto a forma quanto a estrutura estão em constantes movimentos, transformando-se no dia-a-dia através da luta.

1.2 Lutas de Caráter Nacional do MST

Após o primeiro Congresso Nacional em 1985, a decisão foi de não fazer pacto com o novo governo, com a convicção maior de que a reforma agrária só avançaria se houvesse ocupações, luta de massas. Caso o Movimento tivesse aderido ao governo, o MST não teria sobrevivido. Logo depois, começaram as ocupações em todo o país. Só em Santa Catarina, 5 mil famílias de mais de 40 municípios ocuparam 18 fazendas. Foi nesse momento que o MST deu continuidade ao processo de expansão em âmbito nacional.

Logo após o 1º Congresso, a executiva nacional do MST conseguiu audiência com o novo ministro da Reforma Agrária (Nelson Ribeiro), e com o novo presidente do INCRA (José Gomes da Silva), apresentando proposta de mudanças na estrutura fundiária brasileira. Obtiveram nesse encontro; o compromisso de que a violência no campo seria combatida, a polícia não seria mais utilizada contra os mesmos e participariam da elaboração do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária). Mas, o

que se viu, foi o crescimento da violência contra os trabalhadores rurais, contrariando o compromisso do ministro e paralisando o PNRA. Assim, os opositores conseguiram assustar o governo que sem força política e sem interesse em modificar a estrutura fundiária, cedeu às pressões dos latifundiários.

Com isso, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) já totalmente desfigurado no governo Sarney, ficou na dependência da aprovação dos Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA), elaborados em gabinetes dos Incras regionais, certamente, sob a influência dos latifundiários.

Já no final de 1986, o balanço de um ano de PNRA era catastrófico. Um levantamento feito pelo MST mostrava o aumento da violência no campo: 222 mortes, o dobro do ano anterior. De um total de 1 milhão de hectares desapropriados, apenas 300 mil estavam com emissão de posse.

Neste ano 2008, o MST explica as razões da jornada. "A reforma agrária está parada. Cresce a concentração fundiária, os assentados não recebem apoio efetivo, aumenta a violência contra os sem-terra e a impunidade dos latifundiários e do agronegócio". 150 mil famílias rurais continuam acampadas, as empresas de agronegócio avançam sobre o território brasileiro, conquistando terras que deveriam ser destinadas aos trabalhadores rurais. O governo tem dado prioridade ao agronegócio. Só o Banco do Brasil emprestou 7 bilhões de dólares para 13 grupos econômicos, enquanto novos assentamentos não receberam investimentos suficientes.

Além das críticas, a jornada apresenta suas exigências. "Retomada das desapropriações de terra"; plano emergencial de assentamento de todas as 150 mil famílias acampadas; alteração do índice de produtividade rural; criação de mecanismos que acelere os trâmites internos para os processos de desapropriação; aprovação do projeto que determina que as fazendas que exploram trabalho escravo sejam destinadas à reforma agrária; destinação das áreas hipotecadas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal para a reforma agrária; criação de uma linha de crédito específica para assentamentos, que viabiliza a produção de alimentos para a população das cidades. Estas e outras justas reivindicações simplesmente são omitidas pela mídia venal. Todo o esforço da direita e dos seus jornalistas de aluguel é para satanizar e isolar o MST.

1.3 A Organização

A Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária é um dos eventos recentes mais importantes. As colunas partiram de diversas partes do país e caminharam mil quilômetros até chegar à Brasília em 19 de abril de 1997. Após um ano do massacre em Eldorado dos Carajás (PA), mais de 100 mil pessoas estiveram na Esplanada dos Ministérios.

Outro fato importante da história recente do MST foi o 4º Congresso Nacional, em agosto de 2000 que, apesar das enormes dificuldades enfrentadas como a realização da reforma agrária apenas na propaganda pelo governo, contou com a participação de 11 mil congressistas.

Ao longo destes 17 anos, o MST compreendeu que não basta apenas conquistar a terra, crédito, mercadoria, moradia, assistência técnica, escolas, atendimento a saúde e outras necessidades das famílias sem terra, também deveriam ser supridas. E é por isso, que as famílias, mesmo assentadas, continuam lutando.

Através destas lutas e da organização dos trabalhadores rurais, existem hoje cerca de 400 associações de produção, comercialização e serviços; 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), com 2299 famílias associadas; 32 cooperativas de prestação de serviços com 11.174 sócios diretos; duas cooperativas regionais de comercialização e três cooperativas de crédito com 6.521 associados.

São 96 pequenas e médias agroindústrias que processam frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, café, carnes e doces. Tais empreendimentos econômicos do MST geram empregos, renda e impostos, beneficiando indiretamente cerca de 700 pequenos municípios do interior do Brasil.

Aliada à produção esta a educação: cerca de 160 mil crianças estudam da 1ª a 4ª séries nas 1800 escolas públicas dos assentamentos. São cerca de 3.900 educadores pagos pelos municípios e desenvolvendo uma pedagogia específica para as escolas do campo. Em conjunto com a UNESCO e mais de 50 universidades, o MST desenvolve programa de alfabetização de aproximadamente 30 mil jovens e adultos nos Assentamentos. Estão em andamento, em sete universidades (PA, PB, BA, SE, ES, MT, MS, e RS), cursos de Pedagogias e Magistério para formar novos educadores.

1.4 As Diversas Formas de Luta

A ocupação é uma das formas de luta onde o movimento de maneira criativa realiza uma pressão social. Os sem-terra entenderam que a ocupação é sua forma de luta mais importante. É a partir de sua efetivação que as demais maneiras de luta são utilizadas.

Uma ocupação requer organização e bases muito bem definidas. O critério fundamental é a escolha do local, mas nem sempre a terra conquistada é a que foi ocupada pelos sem-terra. Em geral os números de famílias que ocupam uma área excedem o mínimo legal (10 hectares) de um lote para reforma agrária.

A ocupação gera o fato político: é um setor organizado da sociedade mobilizado em torno de sua causa, que no caso, é a reforma agrária. E isso requer uma resposta política do governo. Já no caso do acampamento permanente, sempre que a justiça determina o despejo geralmente com reintegração de posse os sem-terra deixam o local e se estabelecem em áreas próximas. Há casos em que montam o acampamento a beira de uma rodovia, o que também gera um fato.

Há acampamentos que parecem uma cidade, só que, em lugar de casas e edifício há barracos de lonas e muita improvisação. A população desses assentamentos localizados no Paraná, varia de 500 a 3 mil pessoas. O local pode ser também uma área concedida pelo governo. O tempo de instalação varia muito, alguns duram mais de quatro anos, isto porque a resistência é a palavra de ordem que os sem-terra seguem até que todos os acampados sejam assentados.

O acampamento provisório tem como objetivo chamar a atenção das autoridades e da sociedade, para estudar e decidir os encaminhamentos e apresentar as reivindicações. Após atingir a finalidade que o moveu, ele se dissolve. Já o acampamento permanente só se desfaz quanto todos os acampados estão assentados. Enquanto ele está em pé, o MST promove diversas atividades básicas, entre as quais, a mais importante é a educação. São formadas comissões para uma delas: saúde, alimentação, imprensa, etc. e desenvolvidas também, as atividades de sensibilização da opinião pública e de pressão sobre as autoridades.

Outra forma de luta são as marchas pelas rodovias que têm por objetivo chamar a atenção da população para os problemas dos sem-terra, onde promovem a discussão sobre a realidade brasileira e, conseqüentemente, se tornam um poderoso meio de pressão sobre os governantes.

A caminhada tem sido uma forma de luta para os sem-terra de todo o Brasil, a

exemplo da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, que saindo de três pontos do país, em 17 de fevereiro atingiu Brasília em 17 de abril de 1997. Acima de tudo, é um ato de cidadania de milhares de pessoas, exigindo o cumprimento a lei maior da nação.

Outra forma de lutar é um jejum e greves de fome em lugares públicos, que tem por finalidade simbolizar e tornar visível a fome diariamente vivida nos acampamentos. A greve de fome é: utilizada somente em situações extremas e com muito critério e preparo. Um grupo permanece, por exemplo, na frente da sede do INCRA ou de algum órgão pertinente, sem se alimentar por tempo indeterminado até que as autoridades se disponham a atender suas reivindicações.

Uma ação dessa natureza, só se justifica quando existe um número muito grande de vidas em risco e nada está sendo feito pelo governo. A intenção dessa ocupação em prédios públicos é expor a sociedade o que esses órgãos não cumpriram o que foi assumido como compromisso e, obrigar os responsáveis a negociar. Além dessas formas de luta existem outras como: os acampamentos nas capitais, os acampamentos diante de bancos, vigílias, manifestações nas grandes cidades, etc. Todos com o objetivo de que o governo possa vir a atender às suas reivindicações.

1.5 A Reforma Agrária do Mercado

Os assentamentos conquistados pelos sem-terra por meio de suas lutas acabam se tornando, na propaganda oficial e na própria imprensa resultado das ações do governo pela reforma agrária. Na realidade é que o governo tem realizado desapropriações e/ou aquisições de terras pressionadas pelas iniciativas dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, ele (governo), cria novos mecanismos para atender aos interesses políticos e econômicos das classes dominantes e desmobilizar o movimento dos camponeses. A implantação de um programa de reforma agrária de mercado, em que o governo contou com o apoio econômico/político do Banco Mundial, com a intenção de reproduzir no país, experiências já fracassadas em alguns países, como: África do Sul, Indonésia e Filipinas, experiências essas que não estão surtindo efeito no Brasil.

Sendo que o fundamento dessa proposta era retirar do Estado sua responsabilidade de agente mediador no processo de mudança da estrutura

fundiária e, transferir essa responsabilidade para a sociedade civil. Assim, trabalhadores rurais sem-terra e/ ou pequenos proprietários interessados em obter sua terra ou mesmo aumentar sua área, passaram a organizarem-se em associações voltadas para a compra de terra. Estas associações obteriam empréstimos de uma agência financeira determinada pelo governo federal, onde compraria a terra diretamente do proprietário vendedor, sendo que o mesmo (vendedor) receberia avista o pagamento pela terra e suas benfeitorias existentes. Em que as associações de trabalhadores rurais ou os mini-fundiários assumiriam o débito do valor estabelecido.

Nesta perspectiva de reforma agrária, o governo federal implantou em 1997, o programa Cédula da Terra em alguns estados (Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais), com total apoio do Banco Mundial. A duração deste programa estava estimada em três anos, o que seria também o teste para o Banco Mundial implantar o Banco da Terra, que foi criado em 1998. Contudo, para garantir a reforma agrária de mercado, o governo federal conseguiu, em 1998, a aprovação de um crédito especial. Mas, o que temos visto é que na reforma agrária de mercado, o grande beneficiado é, como sempre, o latifundiário.

2. O MUNICÍPIO DE TAPIRAMUTÁ - BA

2.1 Aspectos geográficos

O município de Tapiramutá está localizado na encosta da Chapada Diamantina, com uma área de 664 km², limita-se com os municípios de Morro do Chapéu, Piritiba, Mundo Novo e Utinga. Situada a uma altitude de 884 m acima do nível do mar, tem a sua posição geográfica determinada pelo paralelo 11° 51' de latitude sul em interação com o meridiano 40° 47' de longitude oeste. Distante da capital do Estado, Salvador, 360 km; acesso rodoviário a 14,8 km da rodovia BA-052 (Estrada do Feijão), está agrupado na Missorregião Centro Norte Baiano na Microrregião de Itaberaba, conforme figura 1. Faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE TAPIRAMUTÁ ÁREA DE ESTUDO

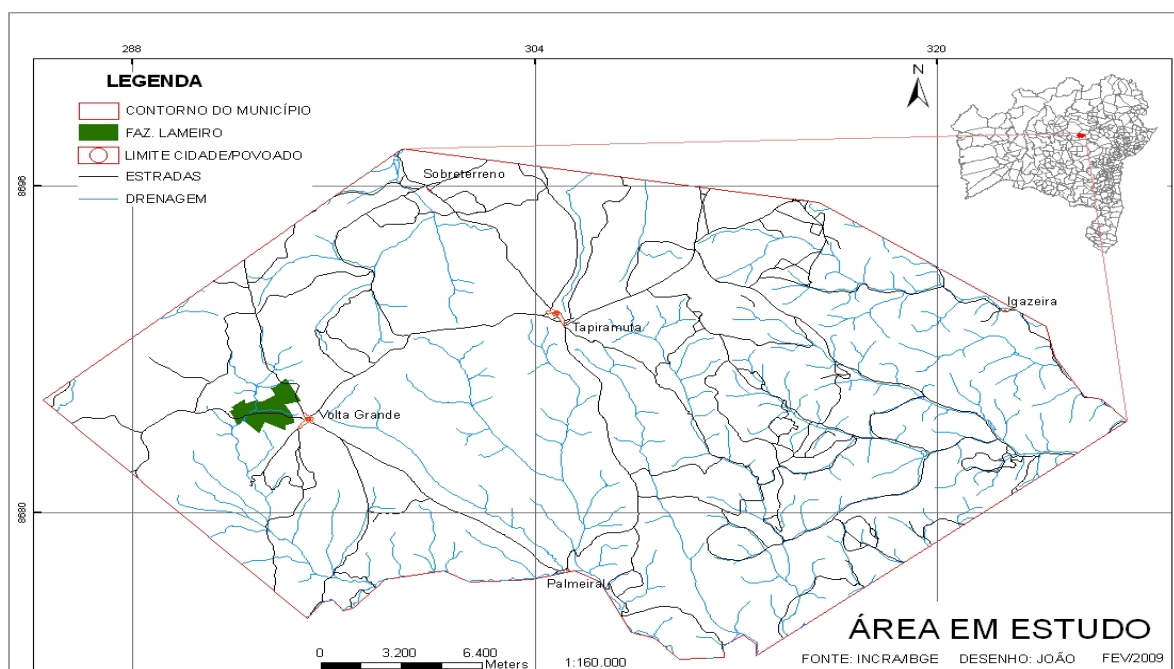


Figura 01 - área de estudo - Fonte INCRA, Fevereiro de 2009.

Tapiramutá é possuidor de clima seco e sub-úmido, com temperatura agradável, média de 21.1° C. O período das chuvas vai de março a junho e de outubro a janeiro, com chuvas de inverno e trovoadas, sendo a de maior incidência a de inverno e tendo índice pluviométrico em torno de 1000 mm anuais, apresenta

uma vegetação com predominância de matas e arbustos de porte médio e capim corrente nativo da região.

Por se tratar de uma planta bastante sensível o cafeeiro, encontra em Tapiramutá um local com condições naturais propícias ao cultivo, pois, dispõe de altitudes favoráveis, temperatura sem muita oscilação, precipitações regulares e solos férteis.

2.2 Criação do Município

Foi através do Decreto nº. 1747 de 27 de julho de 1962, assinado pelo então governador da Bahia, Dr. Juracy Magalhães e publicado no Diário Oficial do mesmo ano, que Tapiramutá passou a categoria de Município desmembrando-se de Morro do Chapéu e Mundo Novo. O município passou a constituir-se de dois distritos: Tapiramutá (sede) e Volta Grande, além dos povoados de Pau de Pilão e Ingazeira. Segundo depoimentos de antigos moradores e algumas autoridades do município, os desbravadores vieram pra Tapiramutá por volta de 1901, atraídos pela caça em abundância e, em especial, pelas antas ou tapiras e por ser uma região numa circunferência de aproximadamente 30 km com bastantes matas e águas. O lugar ficou conhecido como Espera D'Anta que foi modificado através do Decreto nº. 11098 para Tapiramutá, que significa "Espera de Anta" (Tapir - anta e Mutá – espera) em língua indígena. Tapiramutá tem como atual prefeito o Sr. Luciano Marques Nery.

2.3 Aspectos Demográficos e Sociais

Na década de 1960, segundo as informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Tapiramutá tinha uma população total de 6.039 habitantes sendo que, 4.308 viviam na zona rural, o equivalente a cerca de 70 %, enquanto que a população urbana era formada por menos de 30% (1.731 hab.) do total. Já na década de 1980 a população aumenta para 7.953, e o número de habitantes na zona rural, continua maior com 4.640 habitantes, representante 58% e a população urbana, aproximadamente 42%, com 3.313 moradores. Nota-se que a população rural apesar de ser maior que a população urbana, começa a diminuir sua participação no percentual da população

total do município, e tal tendência se configura numa inversão no número de habitantes residente na zona rural e na zona urbana no município, ou seja, a taxa de urbanização é crescente enquanto é capaz vez menor a porcentagem da população residente na zona rural. No censo demográfico de 1991, a população rural já era menor que a urbana. Dos 13.691 habitantes registrados, apenas cerca de 36%, ou seja, 4.896 pessoas residiam na zona rural, enquanto que a população urbana, com 8.795 indivíduos, passa a representar 64% da população total do município.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000 realizado pelo IBGE, o município de Tapiramutá tinha uma população total de 17.061 habitantes, sua maioria jovem, na faixa etária de 15 a 25 anos. A porcentagem da população rural continua em declínio, com 4.636 moradores passa a representar apenas 27%, enquanto que a população urbana aumenta significativamente com mais de 12 mil habitantes, equivalente a cerca de 70% da população absoluta do município. O que se percebe então, é que atualmente Tapiramutá é um município com predominância da população urbana e com diminuição da população da zona rural, tanto em porcentagem como no número de indivíduos residentes, com base nos censos demográficos de 1991 e 2000.

Observa-se o êxodo rural, o homem, na perspectiva de dias melhores, na busca de saúde, educação, emprego ou outros interesses, deixa a zona rural, fixando residência na cidade, aumentando o número de desempregados tendo como consequência o aumento da pobreza.

Por ser um município jovem e não oferecer uma base econômica mais sólida (industrial), não existe um fluxo de imigrantes entre os municípios vizinhos significativos. Salvo, no período da colheita de café, de maio a setembro, quanto os diaristas são atraídos por ocasião da safra, que emprega centenas de pessoas.

Atualmente o município conta com 11 escolas na sede, 2 são mantidas pelo governo do estado, 1 de ensino médio e a outra ensino fundamental do 6º ao 9º ano e todas as outras são de responsabilidade do município, incluindo as 17 unidades de ensino fixadas na zona rural, além de 2 creches, uma na sede e outra no distrito de Volta Grande. Das 26 escolas administradas pela Prefeitura Municipal todas são de Ensino Fundamental, tendo duas que vão do 6º ao 9º ano, uma na sede e outra em Volta Grande. No tocante ao ensino superior, o município em parceria com a Faculdade de Tecnologia e Ciências / Educação a Distância – FTC/Ead, realizou vestibular no mês de novembro de 2006, com ofertas de vagas em cursos de

licenciatura, como: Geografia, Biologia, História, Matemática, Química e Normal Superior. Já em 2008 o município em parceria com a Universidade Federal da Bahia – UFBA realizou vestibular em novembro de 2008, oferecendo 100 vagas no curso de Pedagogia. Com aulas presenciais.

No que se refere à saúde, o município dispõe de um hospital mantido pela prefeitura, além de três unidades do Programa Saúde da Família – PSF, na sede e mais uma em Volta Grande, cada unidade possui um médico, um enfermeiro, um dentista e um auxiliar de enfermagem. O atendimento médico às famílias residentes na zona rural é feito através de uma Unidade Móvel de Saúde que visita povoados e fazendas uma vez por semana com a mesma equipe do PSF, e no Povoado da Ingazeira e de Pau de Pilão existe um posto de saúde em cada um. Há ainda, uma Policlínica, também mantida pela prefeitura, com atendimento especializado na área de ginecologia, fisioterapia, cardiologia e psiquiatria. Todos esses serviços são oferecidos gratuitamente à população. Além desses, o município dispõe de três odontólogos e um laboratório de análises clínicas que atende à população carente.

Não há muitas opções de lazer no município, que não dispõem de nenhum clube, além de cinema e teatro, apesar de estar sendo construído um Cineteatro pela prefeitura municipal. O que pode ser encontrado em termo de lazer é: uma quadra poliesportiva e, um ginásio de esporte, uma quadra de areia, dois campos de futebol, onde constantemente são realizados torneios, promovidos principalmente pela Secretaria Municipal dos Esportes, um estádio, um parque de vaquejada, um centro cultural onde esporadicamente são desenvolvidas atividade culturais como apresentação de danças, peças teatrais e lançamentos de livros. Também há casas de jogos eletrônicos e virtuais. As secretarias municipais de Esporte e Educação promovem em parceria atividades e projetos para alunos da rede municipal de ensino: danças, karatê e capoeira.

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,615 de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano/ PNUD-2000.

Há 3.273 família carentes cadastradas no Bolsa Família Programa do Governo Federal, segundo informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Ação Social em 2008. Algumas também são ajudas pela referida secretaria, que promove cursos profissionalizantes e distribuem cestas básicas, além de fazer encaminhamentos para aposentadoria, tirar documentos como registro de

nascimento, RG e CPF, disponibilizar atendimento jurídico, e faz acompanhamentos junto com o Conselho Tutelar da situação das crianças e adolescentes do município.

2.4 Perfil Econômico do Município

A base de sustentação econômica do município esta principalmente na agricultura e nos empregos permanentes e temporários gerados pela prefeitura municipal, maior empregador. Há também a pecuária e o comércio local que tem participação mais remota na economia de Tapiramutá.

A agricultura, especialmente, a produção de café e da banana, e mais recentemente a cultura do feijão, são as atividades agrícolas mais intensas desenvolvidas no município. De acordo com dados da Pesquisa Agrícola Municipal realizada pelo IBGE anualmente, a área plantada de café em 1991 era de 1702 ha, aumentada para 2195 ha em 2000, e em 2001 já era de 3600 ha, permanecendo a mesma área até 2004, quando produziu 2.819 toneladas. No caso da cultura da banana, em 1991 a área cultivada era de 176 ha e estagnou em 2000 com área de 250 ha, produzindo em 2004 uma média de 3.750 toneladas do fruto, que tem como principal destino o consumo *in natura*, distribuído na cidade e na microrregião. A produção de café e banana em larga escala renderam a Tapiramutá o título de *terra da banana e do café*.

A plantação de feijão em grande escala é mais recente, e tem atraído muitos agricultores de outros lugares. Em 2004, registrou-se 10.290 ha de área plantada, responsável pela produção de mais de 4 mil toneladas do produto.

Em pequena escala, há extração de carvão vegetal e produção de hortaliças e frutas como: jaca, manga e abacate.

A pecuária apresentava-se em 2004 com um rebanho de bovino de 16.900 animais, segundo dados dos IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal, acompanhada pela criação de galinhas, frangos, galos e pintos, com 6.800 animais.

De acordo aos registros do Departamento de Tributos da Prefeitura Municipal de Tapiramutá, no ano de 2006, havia na sede 200 estabelecimentos comerciais simples cadastrados.

3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL PELO MST EM TAPIRAMUTÁ

As informações contidas neste capítulo do trabalho foram elaboradas baseando-se em dados coletados através dos depoimentos, entrevistas, visitas, participação em reuniões nos assentamentos e acampamentos dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST do município de Tapiramutá no período. E também segundo as informações disponibilizadas pelo representante da CPT (Comissão Pastoral da Terra), Domingos Antônio Lima dos Santos.

Segundo os depoimentos coletados, o único movimento social antes da atuação da CPT na década de 1990 era o movimento sindical (Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

A partir de 1994/1995 a CPT passa a atuar em Tapiramutá. O seu primeiro trabalho foi o cadastramento dos trabalhadores rurais que almejavam a luta pela Reforma Agrária e os assalariados do café, onde começou um trabalho de formação com os mesmos, formação essa que a CPT tentava mostrar que a luta pela conquista da terra era uma alternativa, já que as grandes fazendas de café estavam entrando em decadência, pois inúmeros trabalhadores estavam saindo em busca de trabalho em outras regiões. (Domingos Lima dos Santos, pesquisa de campo).

De acordo com Domingos Lima dos Santos, após a atuação da CPT no município em parceria com representantes do MST da região e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, surge em 1996 o primeiro Assentamento na Fazenda Santa Cruz, que foi grande produtora de café. A primeira atividade dos assentados foi o arrendamento das quadras de café, uma vez que todos estavam desempregados. Ainda em 1996, o sindicato em parceria com a FETAG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura) com o propósito de destinar essa área para reforma agrária, se unem com o MLT (Movimento de Luta pela Terra), que na época era ligado ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil) o que provocou uma mobilização regional.

Surgindo assim, em março de 1996 o MST no município de Tapiramutá, sendo que a sua primeira ocupação só ocorreu três anos após em (1999) na Fazenda Jenipapo, com grande participação da CPT e do sindicato, valendo ressaltar que a CPT não é um movimento social, é uma pastoral social que apóia os movimentos de luta pela terra.

Em Tapiramutá os primeiros passos da organização do MST e do apoio da CPT são semelhantes ao do Brasil. Como pode-se verificar nas palavras de Morissawa (2001, p.136), “a partir de 1981, a CPT começou a promover debates e encontros entre as diversas lideranças da luta pela terra no país. Os principais do período, ligados à formação do MST, foram o Encontro Regional do Sul e os seminários de Goiânia, que constituíram as bases da realização do 1º Encontro Nacional dos Sem Terra.”

Conforme o depoimento de Filomena Martins (conhecida como Bilô) – uma das fundadoras do MST em Tapiramutá – depois da ocupação da Fazenda Jenipapo, ocorreram vários conflitos como: envenenamento de água; ameaças de queima de barracos. Filomena afirma que durante 30 dias os sem terras sofreram inúmeras perseguições e após 60 dias, houve a reintegração de posse onde 90 famílias acampadas foram despejadas pela polícia militar, em maio de 1999. Como podemos verificar nas idéias de Santos apud Martins (1986), p.48, sobre os conflitos e tensões:



Figura 02 - Queima dos Barracos no Acampamento Jenipapo, 1999. Fonte: Domingos Lima.

À medida que os grupos econômicos avançam seus domínios do campo, logicamente avançam na mesma proporção as tensões, os conflitos, as mortes, pois os grupos que são expulsos, para cederem seus lugares aos novos, não o fazem se não mediante a força.

Segundo Filomena Martins, nesse mesmo ano, o INCRA fez uma nova vistoria técnica, avaliando não haver condições para reforma agrária nessa fazenda,

por se tratar de uma área de preservação ambiental, porque só 30% da área poderia ser utilizada para agricultura. Esse laudo foi contestado pelos trabalhadores que pressionaram o INCRA, o qual alegava não poder desapropriar a referida fazenda.

O INCRA analisa se as terras ocupadas são ou não produtivas. Se forem improdutivas os sem-terra podem ser assentados, ou seja, recebem a posse das terras; no caso da propriedade rural ser produtiva é expedida uma ordem judicial de reintegração de posse. Na maioria dos casos, os camponeses se retiram sem maiores problemas. Porém, muitas vezes ocorre do grupo se recusar a cumprir o mandado judicial de reintegração de posse, sendo desta forma desalojada através de força policial. (Filomena Martins, pesquisa de campo).

Filomena Martins afirma também que os trabalhadores não desistiram da luta e começaram a observar outras áreas para reforma agrária, havendo assim uma nova ocupação na Fazenda Olhos D'Água (Bananeira), lugar onde ficaram acampados durante seis meses, até a reintegração de posse, sem que o próprio INCRA iniciasse o processo de vistoria que não foi concluído. Ela relata também, que o MST local, elaborou um projeto de criação de uma reserva ecologia para preservação de animais silvestres. Essa militante informou que uma Medida Provisória do Governo Federal impedia acampamentos em terras ocupadas. Com isso, o INCRA fez uma vistoria na Fazenda Lameiro situada no Distrito Volta Grande, em 2001, a qual recebeu o nome de Assentamento 02 de Julho. Em 2004, a referida fazenda foi finalmente desapropriada. Foram assentadas 18 famílias numa área de 395 hectares. Essas famílias trabalham num processo de coletividade.



Figura 03 - Assentamento 02 de julho, 2006.

Filomena Martins ressalta que com a desapropriação da Fazenda Lameiro, o primeiro processo administrativo do INCRA foi o Decreto de Apropriação, seguido pela Emissão de Posse, Crédito Habitação/Plantação, que vem junto com o Crédito Fomento. Crispim Alves dos Santos, Presidente do Assentamento 2 de Julho, informou que no caso do Assentamento Lameiro, falta sair o Crédito Econômico que é destinado à agricultura familiar (PRONAF) e que cada família poderá receber até 21 mil reais. Para ele, o que vem dificultando a conquista desse, e de outros créditos é o processo de mudança de família, pois enquanto ela não entrar no Cadastro Nacional não poderá receber benefícios, como os créditos supracitados, porque sempre que uma família abandona o assentamento, uma outra deverá ser assentada.

Crispim da Silva destaca também, que as pessoas inseridas nessa luta são os ex-assalariados do café, como as famílias que estão assentadas na Fazenda Lameiro. O representante da CPT - Domingos Lima dos Santos, enfatiza que devido à decadência do café no início dos anos 1990, inúmeros trabalhadores deixaram o município e foram para outra região trabalhar também na agricultura. Na visão dele, uma das maneiras de se fazer reforma agrária é através de assentamentos que fortalece o município, porque os trabalhadores deixam de sair do seu local de origem e com isso os investimentos chegam às localidades, como habitação e os créditos que eles irão investir como, por exemplo: compram vacas, produz o leite para o

consumo; plantam feijão, milho, mandioca, mamona, hortaliças, fortalecendo assim, a sua própria subsistência e a economia local, o que gera impacto, já que esse assentamento no passado era um latifúndio improdutivo.



Figura 04 - Produção agrícola no Assentamento 02 de Julho.

Conforme o militante do MST, Cícero Oliveira, conhecido como Tonhão do Sem Terra, há muito a fazer, pois a maioria dos latifúndios do município é de proprietários que residem na capital do Estado, e assim, não investem na cidade. Na opinião de Cícero Oliveira:

Quando transformam um latifúndio em assentamento, as pessoas que irão usufruir são do município, movimentando assim, a econômica local. É mais vantajoso existir mais assentamentos do que latifúndios improdutivos. Há exemplos de grandes fazendeiros que produz bastante café, mas, só o que fica de investimento no município, é o salário que o trabalhador recebe. Então a partir do momento que o pequeno produz, seja o café, o feijão, o milho, a mandioca, a renda fica no município, porque ele tem suas raízes, desenvolvendo a assim, a agricultura de subsistência e aquecendo o comércio local. (Cícero Oliveira, entrevista de Campo)

Segundo Cícero Oliveira, o principal fator para o surgimento desse movimento social (MST) no município, foi o desemprego e a expectativa que o município criou em torno do café, fazendo com que, muitos trabalhadores saíssem de outras regiões, crescendo o contingente em Tapiramutá, “inchando” a periferia e aumentando o desemprego. Ele argumenta que muitos trabalhadores já possuíram

terras para produzir, mas vieram iludidos, achando que iriam ganhar muito dinheiro. Domingos Lima dos Santos completa a fala de Cícero Oliveira afirmando que o comércio e a prefeitura não têm condições de absorver toda mão de obra.

De acordo com eles, Tapiramutá não possui agroindústrias para a cadeia de produção, como por exemplo, o leite que é bastante produzido no município tem que ser vendido mais barato para outras localidades, ou seja, com a agroindústria iria agregar valor, aumentando assim a renda do trabalhador. Eles afirmam também, que outra forma, seria a criação de cooperativas para ter como produzir e comercializar outros produtos /alimentos, pois “temos terras férteis, clima favorável e disponibilidade de água, visto que chove bastante no município, mas, os produtores não despertaram ainda para outras culturas.”- disse - Domingos Lima.

Baseado nos depoimentos dos assentados e acampados percebe-se que uma das propostas da CPT é, no mínimo, tornar o movimento do MST conhecido no município, entretanto, tem-se uma influência muito grande da mídia, que leva o preconceito contra os movimentos sociais, o que dificulta o trabalho da CPT. Ainda com base nesses depoimentos, observa-se que a bandeira de luta do MST é respeitar a lei, embora esta seja polêmica, isto porque, a Constituição Federal assegura que toda terra improdutiva é destinada à reforma agrária (inciso XXIII do Art. 5º e os artigos 184 e 186) e, o código civil contradiz isso quando garante que todos têm o direito de propriedade independente de ser produtiva ou não, o que ao longo da história vem privilegiando o velho latifúndio.

Domingos explica que a influência da mídia, da própria cultura nesses quinhentos anos, favoreceu o velho latifúndio, o que vem contribuindo para que a população discrimine o MST. Mas, de acordo com ele, quem conhece os princípios do MST referentes à saúde, educação, meio ambiente, a terra e a vida reconhecem que a luta não é só pela terra nas mãos dos produtores, e sim que o trabalhador seja mais valorizado, que a educação chegue a todos. “Estes são os desafios que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra enfrenta no seu cotidiano”. – disse Domingos.

No que se refere a questão socioeconômica do MST no município, Domingos enfatiza:

Ainda é pequena, é uma “semente” que começa a brotar, mas, que ainda não conseguimos enxergar na economia do município. Num assentamento com 18 famílias é uma ilusão falar em economia. Mas, as famílias que viviam de diárias na miséria e hoje têm casa

própria, terra, filhos na escola e alguns com a oportunidade de ingressar na Universidade, pois já tem um Técnico Agrícola, uma menina encaminhada para fazer Pedagogia e outro que irá fazer Direito, gente do próprio assentamento, percebo assim, um avanço significativo. E muitos que não eram alfabetizados, já conseguem decifrar as letras e fazer o próprio nome (Domingos Lima dos Santos - pesquisa de campo).

Martiniano Oliveira, outro militante do MST, destaca que após a legalização do assentamento, eles conseguem os seguintes créditos: o crédito fomento, que é de R\$ 2.000,00, para comprar ferramentas, alimentação; o crédito habitação que é de R\$ 7.000,00 para construção de casas de 25 a 30 metros quadrados, dependendo da qualidade do material; o PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar que é o crédito de investimento para criatórios nos assentamento. Assim, ele afirma que o MST, não luta só por terras.

Ele faz marchas para reivindicar os direitos, como por exemplo: quando um crédito não sai na hora certa, quando o PRONAF atrasa, quando a estrada não chega até o assentamento. Tudo isso, é uma luta que não é só de um movimento, é uma luta em conjunto (Martiniano Oliveira, pesquisa de campo).

Quanto à participação da Igreja Católica no MST, Domingos ressalta que começou em 1999, quando as irmãs Marta e Renata chegaram ao município de Tapiramutá, as quais partiram do pressuposto de que a igreja tem o princípio de fé e vida, ou seja, igreja não participa só do processo da fé, ela sabe que a vida é de sofrimento, necessidade, deve estar presente onde o povo está. “Nessa época a Igreja contribuiu não só no que diz respeito ao espiritual, mas também deu seu apoio no campo social, através das irmãs citadas e do Padre Francisco e a CPT que é a Pastoral Social chegou em 1994, dando total apoio a essas organizações.” afirma Domingos.

Assim Fernandes destaca o papel da Igreja Católica nesse processo de organização,

A própria conjuntura nacional ajudou a reforçar as comunidades eclesiais de base. Ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo buscasse um novo espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na igreja, única instituição do país que, por sua índole histórica, escapa ao controle direto dos poderes públicos. (FERNANDES apud BETO, 1981, p.70)

Adebaldo Martins, um dos militantes do MST, informa que este movimento surgiu com a idéia que pautasse do Estado a reforma agrária.

Nós temos no Brasil 1% de pessoas com 45% das terras improdutivas no país e, o restante das terras nas mãos de 10%. Segundo alguns estudiosos há 4 milhões de trabalhadores aptos a irem para a reforma agrária, já outros afirmam que é só 1 milhão. Para o MST tanto faz, 1 ou 4 milhões de trabalhadores, o que vale é o processo de pautar a reforma agrária pois, é um dos movimentos que consegue lutar pela reforma, devido a vários problemas agrários no país dos anos 1950 aos anos de 1970 do século passado. No Brasil 20% da população era urbana e 80% rural, e com o processo de industrialização isso se inverteu, temos quase 80% de pessoas na zona urbana e 20% na zona rural. Já no município 70% da população é urbana e 30% rural, tudo em consequência dos latifúndios e do café, e esse movimento pauta a reforma agrária de maneira a reverter essa agenda e valorizar o camponês e a agricultura familiar é uma das formas de fazer isso.

Em relação à participação do Estado, Santos (1995, p.786) enfatiza que:

O Estado é o agente legítimo promotor das ações de reforma agrária, mas como representante de determinada classe da sociedade, a classe dos detentores do poder político-econômico, não irá jamais de encontro aos seus pares. O que fica claro no número de assentamentos e acampados no Brasil.

Ainda conforme Adebaldo, fazer reforma agrária no Brasil não é tão fácil, pois com uma legião de jovens que não quer voltar mais para a terra, mas ao mesmo tempo as cidades não oferecem condições de absorver toda essa força de trabalho, com exemplo temos São Paulo que é industrializada e nem por isso, consegue atender a demanda de pessoas desempregadas.

Fundamentado no contexto supracitado, concluí-se que os movimentos sociais, como os MST, o MPA que luta pela reforma agrária, acreditam que esta, ainda é a solução para resolver muitos problemas socioeconômicos, e que muitos desempregados estão voltando para o meio rural, embora não tenha a oportunidade de trabalho.

Com isso, o grande problema para se fazer reforma agrária é que, não é prioridade do Estado, isto porque, o dinheiro deste, beneficia banqueiros e grandes empresários. Nas palavras de Santos (1995, p. 786) nota-se esse descaso em relação à reforma agrária, afirmando que:

O Estado mascara sua real postura em relação aos seguimentos sociais menos privilegiados, e cria os assentamentos dos trabalhadores rurais, para amaciar as tensões sociais no campo, restringindo suas ações nas áreas de graves conflitos, ao tempo que denominam suas ações de reforma agrária. A partir de então surgem críticas a sua prática paliativa e localizada, ao tempo que emergem as correntes que versam sobre a problemática.

Sabe-se que, com a reforma agrária é possível acompanhar a tecnologia, ter cidadãos aptos a manusear os meios tecnológicos nos assentamentos rurais, ter uma educação de qualidade voltada para o meio rural, mais segurança, onde os jovens estão menos vulneráveis à violência, tornando-se uma alternativa no combate às desigualdades sociais.

De acordo com o que foi pesquisado, percebe-se que, a luta travada no campo não é apenas pelo acesso à terra, a terra é o primeiro passo, o MST visa um projeto de reforma agrária, cujo alcance além de ser de âmbito nacional tem como principal prerrogativa a alteração das bases concentracionistas da terra, responsável pela marginalização de grande parte da população. Almejam uma reforma que democratize o acesso a terra e ao poder, elevando a qualidade de vida da população excluída do processo social e produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados coletados, organizados e analisados, além das discussões teóricas a cerca do tema: “As Ações do MST no Município de Tapiramutá”, chega-se a algumas considerações relevantes: a reforma agrária é necessária, principalmente em um país onde a cada dia, cresce o número de excluídos. O modelo de desenvolvimento implantado no país serviu para ampliar ainda mais o quadro dos despossuídos.

O município dispõe de áreas que podem ser destinadas à reforma agrária; a exemplo da Fazenda Jenipapo com área superior a 2 mil hectares e que atualmente encontra-se improdutiva. Despertando assim, o interesse do MST, que ocupou essa fazenda inúmeras vezes no período de aproximadamente 10 anos. Enfrentando todas as formas de violências físicas e morais, permaneceram embaixo de lonas nos acampamentos, em condições precárias e inseguras.

No início de 2009, por ordem judicial, os acampados foram obrigados a desocupar a área da referida fazenda. Depois de sofrerem ameaças de jagunços e terem suas roças e barracos queimados, eles desistiram da luta, deixando o sonho de 10 anos para traz. Agora segundo eles, vão lutar por terras, através do Programa Cédula da Terra, que é outra forma de Assentamentos Rurais do Governo Federal, o qual vem fortalecendo a reforma agrária de mercado que ao longo da história tem beneficiado o latifúndio.

Já na Fazenda Lameiro, com área bem inferior à Fazenda Jenipapo (395 ha) o processo de assentamento foi rápido, ocorrendo no período de 2 anos, assentando 18 famílias. Ressalta-se, ainda, que as famílias que ocupavam a área da Fazenda Jenipapo estão unidas nessa conquista, mas cederam o espaço às essas famílias, pois estavam aguardando a desapropriação da Fazenda Jenipapo, o que não houve.

O MST em Tapiramutá teve dois momentos: um negativo, que foi a luta pela Fazenda Jenipapo, que não deu certo e um positivo, que foi a conquista do Assentamento 2 de Julho (Fazenda Lameiro), onde as 18 famílias já estão produzindo para o seu próprio sustento e transformando a sua vida, reduzindo assim, as desigualdades sociais do município.

A reforma agrária pode ser capaz de transformar a realidade da população excluída, dando-lhes a condição de elevarem-se ao patamar de cidadãos brasileiros. Independentemente da viabilidade econômica, ou dos ganhos que o capitalismo pode abarcar com tais práticas, o que é primordial é a atuação do Estado, que por uma vez que seja tenha a sensibilidade de entender, de ver nos brasileiros cidadãos e buscar ações a altura dessa condição.

Segundo Conti apud Mineiro (1995), “a reforma agrária é uma solução exigida pela própria economia do país”. Segundo ele, é solução econômica, social e política:

Com a democratização da propriedade e do uso da terra, diversas áreas do latifúndio improdutivo serão incorporadas à produção e consumo, estimulando a economia de pequenos e médios municípios. É, portanto, solução econômica. E é também solução social, porque é o meio mais simples e barato de combater a fome e a miséria, aumentando a oferta de alimentos e o poder aquisitivo das populações pobres. Estanca o êxodo rural e desconcentra as grandes cidades, reduzindo a pressão sobre o nível de emprego, salários e serviços urbanos. Fortalece as pequenas e médias cidades e dinamiza a sociedade. (CONTI apud MINEIRO, 1995).

Portanto, os Assentamentos de sem-terra e comunidades rurais estão apontando para um modelo alternativo, onde a produtividade integra um conjunto de fatores dentro de um desenvolvimento sustentável – economicamente viável socialmente justo e ambientalmente correto. Onde a reforma agrária faz parte desse processo. Vale ressaltar que a participação do Estado nesse processo de reforma agrária é mínima, e que a maior participação da luta pela conquista da reforma agrária são dos movimentos sociais, principalmente o do MST.

REFERÊNCIAS

BAGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. 2^a ed. São Paulo: HUCITEC 1999.

_____, **Movimento Social com Categoria Geográfica**. In Revista Terra Livre nº 15. São Paulo: AGB, 2000b, pp. 59-85.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo. Ciências Humanas, 1981.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MINEIRO, Procópio. **O Brasil pode dispensar a reforma agrária?** Cadernos do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Ano 21, nº. 191, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: contexto 2001.

ANEXOS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DCH-CAMPUS IV
COLEGIADO DE GEOGRAFIA
SEMESTRE - 8º SEMESTRE
DISCIPLINA - TCC II
ORIENTADOR - ANTÔNIO MUNIZ
DISCENTES - ARINEI CARDOSO RAMOS E ANTONIO CARLOS
DATA-24-01-09

ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA CPT (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA)

NOME: DOMINGOS ANTONIO LIMA DOS SANTOS

1. SEXO:

- Feminino
 Masculino

2. Naturalidade:

- Tapiramutá
 outra. Qual? _____

3. PROFISSÃO:

- Funcionário Público
 Empresário
 Aposentado
 Estudante
 Autônomo
 Comerciante
 Outra. Qual? _____

4. ESCOLARIDADE:

- Não estudou
 Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)
 Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)
 Ensino Médio incompleto
 Ensino Médio completo
 Ensino Superior incompleto
 Ensino Superior completo
 Pós-Graduação.

5. COMO ERA OS MOVIMENTOS SOCIAIS ANTES DA CPT (Comissão Pastoral da Terra) ATUAR NO MUNICÍPIO DE TAPIRAMUTA?

6. A PARTIR DE QUE ANO A CPT COMEÇOU A ATUAR EM TAPIRAMUTÁ? E QUAL A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA ESSES MOVIMENTOS SOCIAIS?

7. QUAIS SÃO OS MOVIMENTOS RURAIS QUE SURTIRAM NO INICIO DA DECADA DE 1990 EM TAPIRAMUTÁ?

8. QUANDO SURTIU O MST (MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES SEM TERRA) NESTE MUNICIPIO?

9. HOUVE CONFLITOS? RELATE UM POUCO AS CAUSAS DESSES CONFLITOS E COMO TERMIRAM:

10. QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA O SURGIMENTO DESSE MOVIMENTO AQUI NO MUNICIPIO?

11. COMO OS MOVIMENTOS SOCIAIS ORIENTADOS VÊM INFLUENCIANDO DE FORMA SIGNIFICATIVA A EVOLUÇÃO SOCIOECONOMICA DO MUNICIPIO?

12. QUAIS SÃO OS BENEFICIOS ADQUIRIDOS A PARTIR DA LEGALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS?

13. QUAL A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA CATOLICA COM ESSES MOVIMENTOS?

14. O QUE O MST EM SUA OPINIÃO, REPRESENTA HOJE PARA OS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA DO MUNICÍPIO?

15. O QUE VOCE ENQUANTO REPRESENTANTE DA CPT ORIENTARIA OS TRABALHADORES RURAIS PARA A CONQUISTA DA TERRA?

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DCH-CAMPUS IV
COLEGIADO DE GEOGRAFIA
SEMESTRE - 8º SEMESTRE
DISCIPLINA - TCC II
ORIENTADOR - ANTÔNIO MUNIZ
DISCENTES - ARINEI CARDOSO RAMOS E ANTONIO CARLOS
DATA-24-01-09

AMOSTRAGEM: TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA/ ACAMPADOS E ASSENTADOS
DAS FAZENDAS: JENIPAPO - LAMEIRO - O.A.S TAPIRAMUTÁ - BA - 2009.

1. SEXO:

- Feminino
 Masculino

2. NATURALIDADE;

- Tapiramutá
 Outra? Qual? _____

3. ESCOLARIDADE:

- Não estudou
 Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)
 Ensino Fundamental (5ª a 8ª série)
 Ensino Médio incompleto
 Ensino Médio completo
 Ensino Superior incompleto
 Ensino Superior completo

4. IDADE:

- De 18 a 30 anos
 De 30 a 80 anos

5. ESTADO CIVIL:

- solteiro(a)
 casado(a)
 viúvo (a)
 Divorciado(a)

6. NÚMERO DE PESSOAS QUE MORAM COM VOCÊ?

- UMA QUATRO SETE DEZ
 DUAS CINCO OITO MAIS DE DEZ
 TRES SEIS NOVE

7. QUANTOS TRABALHAM?

- NENHUM TRES SEIS NOVE
 UMA QUATRO SETE DEZ
 DUAS CINCO OITO MAIS DE DEZ

Obs: _____

8. PARTICIPA DE ALGUM PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL E RECEBE ALGUM BENEFICIO SOCIAL?

() Não

() Sim. Qual? _____

8.1- (PARA QUEM RESPONDEU SIM) HOUVE ALGUMA MUDANÇA NA SUA VIDA DEPOIS QUE COMEÇOU A RECEBER ESSA AJUDA?

() SIM. QUAL?

() NÃO

() NÃO SEI RESPONDER

9- QUAL A SUA RENDA MENSAL?

() SEM RENDIMENTO

() MENOS DE UM SALÁRIO MINIMO

() De 1 A 3 SALÁRIOS MINIMOS

() MAIS DE 3 SALÁRIOS MINIMOS

10.O QUE LEVOU VOCE A PARTICIPAR DO MST?

() Desemprego

() Outro. Qual?

11. QUAIS AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NOS ACAMPAMENTOS?

12. HOUVE ALGUMA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA, DEPOIS QUE VOCÊ ENTROU NESSE MOVIMENTO?

13. QUAIS OS RECURSOS QUE O GOVERNO FEDERAL TEM DESTINADO AOS ACAMPAMENTOS/ ASSENTAMENTOS?

14. VOCES REALIZAM ALGUM ATIVIDADE AGRICOLA? O QUE MAIS PRODUZEM? É COMERCIALIZADO? DE QUE FORMA?

15. DE QUE FORMA VOCES VEM PRESERVANDO O MEIO AMBIENTE?

16. QUAIS AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO DIA-A-DIA DOS ACAMPAMENTOS/ ASSENTAMENTOS?

17. DEPOIS DE ASSENTADOS QUE PROJETOS O GOVERNO TEM LIBERADO PARA VOCÊS? QUAIS SÃO ELES?

18. COMO É REALIZADA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NOS ACAMPAMENTOS/ASSENTAMENTOS?

- () COLETIVA
() INDIVIDUAL

Obs: _____

19. EXISTE ALGUMA DIFICULDADE AO REALIZAR ESSA ATIVIDADE? QUAIS?

20. VOCÊ TEM ALGUMA ORIENTAÇÃO TÉCNICA NOS ACAMPAMENTOS/ ASSENTAMENTOS?

21. EM QUANTO TEMPO O INCRA DESAPROPRIA UMA FAZENDA? E QUAIS SÃO OS CRITÉRIOS PARA A DESAPROPRIAÇÃO?

22. HÁ QUANTO TEMPO VOCE ESTÁ ACAMPADOS/ASSENTADOS?
